



**ACÓRDÃO Nº1258/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11190/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Beruri
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Orlen Oliveira Picanço (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4.697
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1117/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Beruri. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Orlen Oliveira Picanço**, Presidente da Câmara Municipal de Beruri, exercício de 2017, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Orlen Oliveira Picanço** no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), nos termos do art. 53, § único, da Lei n. 2.423/96, em razão das impropriedades identificadas e transcritas na fundamentação o Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº1258/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Dar ciência** à Câmara Municipal de Beruri acerca das impropriedades constantes destes autos, remetendo-lhe cópia das manifestações das Unidades Técnicas, do Parecer Ministerial e do Relatório/Voto, determinando o cumprimento das Recomendações e Determinações listadas nas referidas peças técnicas;
- 10.4. Dar ciência** ao Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB para que tome providências quanto às impropriedades relacionadas no Relatório 44/2018-DICERP, cuja cópia deve ser encaminhada.

**11- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral